

COLUNA VAREJO

Balança comercial goiana cresce 50%



De janeiro a agosto deste ano, acumulou um saldo supervitatório de exportações de US\$ 5,6 bilhões.

Página 16



ANO 34 - Nº 1.733 - R\$ 2 - GOIÂNIA, DE 25 DE SETEMBRO

A 1º DE OUTUBRO DE 2022

WWW.TRIBUNADOPLANALTO.COM.BR

ADVOCACIA

Pandemia perto do fim oficial

O diretor-geral da OMS, Tedros Ghebreyesus, anunciou o fim da pandemia. Goiás tem 1,6 milhão de casos de doenças pelo coronavírus.

Página 8



ENTREVISTA

ROBERTA PANICO

“Precisamos ir mais a fundo do que constatar que não estamos tão ruins”

Divulgação



O Ideb de 2022, divulgado recentemente, pode não refletir a realidade dos alunos mais vulneráveis, justamente os mais atingidos pelo afastamento da sala de aula devido à pandemia de Covid-19. O alerta é da diretora pedagógica da Cedac, Roberta Panico. “São alunos que evadiram, e, portanto, não estavam na escola na realização da prova”.

Páginas 4 e 5

ELEIÇÕES

Justiça Eleitoral usará o maior esquema de segurança

TRE de Goiás reúne mais de 100 policiais e bombeiros militares para demonstrar segurança da urna eletrônica e pedir atuação conjunta.

Página 8



Anápolis no pódio do Ideb

O ensino municipal público de Anápolis está no pódio dos melhores indicadores do Ideb 2021. Nos anos iniciais do ensino fundamental, Anápolis obteve 6,0, à frente de outros grandes municípios, como Goiânia, Jataí, Catalão e Aparecida de Goiânia.

Página 15

URBANISMO

Câmara de Goiânia recebe nova Lei de Uso do Solo

Além desse, já chegaram ao Legislativo goianiense seis projetos que regulamentam o Plano Diretor da capital. Outros cinco ainda serão enviados pelo Executivo.

Página 9

PECUÁRIA

Rebanho goiano atinge recorde histórico

O rebanho bovino goiano cresceu 2,8% em 2021 e chegou a 24,2 milhões de cabeças. Goiás alcançou o maior efetivo da série histórica iniciada em 1974 e se manteve na segunda posição do ranking nacional de Estados.

Página 10



TRIBUNA POLÍTICA

Com bolsos cheios

O goiano Glaustin da Fokus (PSC) está entre os candidatos à Câmara dos Deputados que mais receberam recursos do Fundo Eleitoral: R\$ 3,16 milhões. Já o candidato à reeleição a deputado federal José Nelto (PP) está entre aqueles cujo patrimônio mais cresceu nos últimos quatro anos: mais de 500%.

Página 9

EDITORIAL

O medo nas eleições

A janela de um prédio no Recife que tinha a bandeira do PT foi atingida por tiros na semana passada, mais um episódio da violência que tem marcado as eleições deste ano. Levantamento feito pelo Observatório da Violência Política e Eleitoral da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro aponta que ao longo da primeira metade de 2022, a violência política deixou 40 mortos no país.

Portanto, não é sem motivos que 9% dos eleitores admitam deixar de votar no dia 2 de outubro por medo de violência e 40% dos entrevistados na última pesquisa do Datafolha temem que haja violência no dia da eleição.

Essa violência reflete a polarização política, que teve início com as manifestações de junho 2013 e foi se acirrando desde o pleito de 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro (PL), que tem se posicionado de forma ambígua em relação aos episódios de violência envolvendo seus apoiadores e cujo discurso incentiva o radicalismo político. Saiu das redes sociais e foi para a rua.

O medo da violência mudou o cenário eleitoral no país. Diferentemente das eleições anteriores, não se vê bandeiras e adesivos nos veículos de quem não é bolsonarista e as pessoas que apoiam opositores do presidente, especialmente o candidato petista, são orientadas a não se manifestarem por meio de camisetas e botons para não correrem risco de serem agredidas.

O medo da violência política fragiliza a democracia, pois inibe o cidadão de sua cidadania. É preciso restabelecer a confiança das pessoas nos processos democráticos e na capacidade das instituições brasileiras de conter os arroubos de violência desse grupo que ameaça deslegitimar a eleição.

É urgente colocar fim nesse regime de medo.

ARTIGO

Alunos protagonistas, cidadãos conscientes

A última edição do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) realizada em 2018 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) coloca o Brasil em 66º lugar em um ranking com 79 países. O estudo avalia três domínios — Leitura, Matemática e Ciências — e oferece informações sobre o desempenho dos estudantes na faixa etária dos 15 anos. A prioridade é compreender não só se os jovens podem reproduzir o que aprenderam, mas, principalmente, como conseguem aplicar os seus conhecimentos de forma criativa em diferentes contextos.

Assustadoramente, no último PISA, só metade dos brasileiros de 15 anos chegou ao nível considerado básico em Leitura — condição mínima para participar de uma vida social, econômica e cívica. Lá no topo estão países como Finlândia, Estônia e Singapura. Não por acaso, as respostas sobre como melhorar a educação foram sendo apresentadas ao longo das últimas décadas por essas nações. Resumidamente, isso passa por valorização de professores, alunos por mais tempo na escola, entender a importância da educação na primeira infância, além, é claro, de excelente infraestrutura.

E nós sabemos que o

Brasil é capaz de alcançar padrões de excelência. Nossa instituição de ensino acaba de participar de uma variação do PISA, o PISA para Escolas, também realizado pela OCDE usando a mesma metodologia da avaliação global. Se fôssemos um país, formaríamos o 3º lugar no ranking do PISA global, à frente de nações como Japão, Estados Unidos e Dinamarca. Somos rigorosos com o aprendizado dos conteúdos programáticos, mas jamais deixaremos de lado o incentivo à capacidade de interpretar e propor soluções.

Entendemos que a escola é um lugar em que os estudantes aprendem muito mais do que o conteúdo

obrigatório. É onde passam boa parte do dia e, consequentemente, se desenvolvem e aprendem sobre si mesmos e sobre o mundo. Como profissionais da educação devemos olhar além das melhores colocações nos vestibulares, ensinando nossos alunos a irem além da nota por si só. E isso só é possível fornecendo condições de protagonismo a eles.

A ideia é que o estudante assuma uma posição mais ativa no próprio processo de aprendizado. Acreditamos que o ensino é uma via de mão dupla. Todos têm a ensinar e a aprender. Os professores precisam estar prontos a ouvir e, mais do que isso, usar metodologias que

do Trabalho (MPT) já emitiu a Recomendação nº 01 de 26 de agosto de 2022, na qual adverte as empresas acerca das consequências administrativas e judiciais de tal prática.

Segundo a orientação do MPT, “o não cumprimento da presente Recomendação ensejará a adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis pelo Ministério Público do Trabalho, com vistas à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, sem prejuízo da apuração da responsabilidade criminal pelos órgãos competentes”.



*Ronaldo Fleury é advogado e sócio do escritório Mauro Menezes & Advogados

ARTIGO

Fundado em 7 de julho de 1986
Estado e impresso por Sistema Planalto de Comunicação EIRELI.

Fundador e Diretor-Presidente
Sebastião Barbosa da Silva
sebastiao@tribunadoplanalto.com.br

Diretor de Produção
Cleyton Ataídes Barbosa
cleyton@tribunadoplanalto.com.br

Endereço e telefone: Rua Antônio de Moraes Neto, 330, Setor Castelo Branco, Goiânia - Goiás - CEP: 74.403-070 - Fone: (62) 3434-1516

Editores
Andréia Bahia
abahiagn@yahoo.com.br

Dhayane Marques
dhayanemarquess@gmail.com

Carla Borges
carlazenborges@gmail

www.tribunadoplanalto.com.br
Caro leitor, envie sugestões de pautas, críticas, artigos e textos para serem avaliados e publicados.

Departamento Comercial
comercial@tribunadoplanalto.com.br
62.99622-5131

Ajude-nos a fazer a TRIBUNA DO PLANALTO em sintonia com você. Escreva para: redacao@tribunadoplanalto.com.br

Curta e compartilhe
nossas redes sociais



Tribunadoplanalto



@Tribunaplanalto



@Tribunaplanalto

Da redação

Bolso cheio 1

O goiano Glaustin da Fokus (PSC-GO) está entre os candidatos à Câmara dos Deputados que mais receberam recursos do Fundo Eleitoral, segundo levantamento do painel Siga o Dinheiro, desenvolvido em parceria pelo Jota e a organização Base dos Dados. O teto de gastos por candidato a deputado federal é de R\$ 3,176 milhões e Glaustin já recebeu R\$ 3,16 milhões. O portal destacou também o crescimento de 345% de seu patrimônio, que passou de R\$2,2 milhões, em 2018, para R\$ 9,8 milhões nestas eleições.

Bolso cheio 2

O patrimônio do candidato à reeleição a deputado federal José Nelto (PP) cresceu de R\$ 7,8 milhões para R\$ 48,5 milhões, entre 2018 e 2022, segundo levantamento feito pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), divulgado na sexta-feira, 23. Essa variação representa mais de 500% de crescimento no patrimônio do candidato, que tem um salário de R\$ 33,8 mil mensais e uma série de benefícios, que incluem a cota parlamentar (de R\$ 31 mil a R\$ 45 mil, dependendo do estado do congressista).

Despesas

De acordo com o Portal da Transparência, em julho, o deputado José Nelto teve um gasto de R\$ 9.066,40 com despesas do seu gabinete em Brasília.

Dividido

A divisão no PSDB se acirrou com o apoio de tucanos à candidatura de Lula (PT) à Presidência da República. Aqueles ligados ao grupo que apoiou Eduardo Leite (PSDB) nas prévias do PSDB declararam apoio à candidatura do petista durante a visita de Geraldo Alckmin (PSB) a Goiânia. Do outro lado, o candidato ao Senado Marconi Perillo negou que o PSDB tenha se posicionado a respeito da eleição presidencial, assim como desmentiu, em 2021, o apoio que o PSDB havia declarado a Leite durante a convenção do partido.

Sem conversa

Ainda sobre a visita de Geraldo Alckmin a Goiânia, o candidato a vice na chapa de Lula veio a Goiás com objetivo de abrir diálogo com representantes do agronegócio. O presidente da Faeg, deputado federal José Mário Schreiner, não quis conversa com o candidato. Em seu twitter, ele postou, em nome da instituição, que “não estaremos presente em reunião com candidato a vice da esquerda”.

Quem responde é...



Ana Paula Rezende

TRIBUNA DO PLANALTO
O que te levou a participar da campanha eleitoral?

ANA PAULA REZENDE CRAVEIRO

Eu tenho um sentimento de gratidão pelo governador Ronaldo Caiado. Ele foi leal ao meu pai e, acima de tudo, foi amigo. Esteve ao lado dele e da nossa família nos momentos mais difíceis. Como governador, consegui recolocar o estado no rumo certo. Tem feito um governo ético, de muito trabalho e com olhar atento aos mais necessitados. Precisamos seguir neste caminho do desenvolvimento, continuar avançando. Por isso não poderia me omitir nesse momento tão importante. Amo meu estado e

quero o melhor sempre.

Sua participação aumenta a expectativa sobre seu futuro político. Aceitaria um cargo no governo Caiado?

De forma alguma. Minha participação nesta campanha é resultado da minha consciência, do amor e da preocupação que tenho por Goiás, e que aprendi dentro de casa. Não existe nenhum outro objetivo.

Um futuro político continua descartado?

É impossível explicar a dor que a ausência do meu pai ainda provoca em mim. Hoje o único projeto que tenho é defender a memória do seu legado. Meu pai e os goianos merecem ter essa história reconhecida e eternizada.

TJ medicinal

Referência nacional no tema da cannabis medicinal, o candidato a deputado federal Yuri Tejota (Podemos) entrou também para a seara política do debate. Tem participado de lives, dado consultoria a candidatos e parlamentares de outros estados e recebido convites para integrar grupos que defendem ou querem defender no Congresso Nacional o avanço do tratamento alternativo. Filho de Sebastião Tejota e irmão do vice-governador Lincoln Tejota, Yuri é o quinto integrante da família a decidir pela carreira política.

Histórico

Yuri Tejota foi fundador e coordena a Associação Goiana de Apoio e Pesquisa à Cannabis Medicinal (Agape), ONG responsável por garantir assistência médica, farmacêutica, psicológica e jurídica necessárias para um tratamento de alzheimer, parkinson, epilepsia, câncer, fibromialgia e outras doenças.



Baldy aderiu ao balde

O candidato ao Senado Alexandre Baldy (PP) postou uma foto em seu Instagram com um balde na cabeça. Na legenda, ele afirma ter entrado “na onda”. Certamente, a imagem vai fazer parte de seu portfólio político.

Bastidores

A ex-senadora Lúcia Vânia é uma das principais apoiadoras da candidatura a deputado federal do ex-secretário da Saúde Ismael Alexandrino (PSD). Semana passada, ela participou de uma carreata em Goianésia ao lado do candidato, mas é nos bastidores que a ex-senadora tem trabalhado para eleger Alexandrino.

De saída

A Enel Distribuição Goiás vendeu para a Equatorial Energia a distribuição de energia no estado, uma *holding* brasileira que opera nos estados do Maranhão, Pará, Piauí, Alagoas, Rio Grande do Sul e Amapá. A negociação se deu para evitar a caducidade (cancelamento) do contrato em razão do descumprimento, pelo segundo ano consecutivo, das metas de melhoria dos serviços.



Apoio

Gestores governamentais de Goiás declararam apoio à candidatura de Vilmar Rocha (PSD) ao Senado da República. A manifestação ocorreu durante reunião na sede do Sindgestor, conduzida pelo presidente Hugo Leonardo de Araújo Godinho, e que contou também com a presença do primeiro presidente da entidade, Edmilson Moura, além de outros associados. “Entendemos que o Vilmar é o que mais se preocupa com as demandas do servidor público e que valoriza a nossa carreira. Por isso decidimos por apoiá-lo”, afirmou Hugo Leonardo.

Atualmente, são 800 gestores governamentais em Goiás, divididos em nove cargos diferentes, em todas as secretarias e autarquias do estado.

ENTREVISTA

“Ideb 2021 pode não refletir a realidade”

Dos dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2021, não é a queda na aprendizagem que preocupa os especialistas em Educação, que esperavam, em razão da pandemia de Covid-19, um recuo em um grau maior. A provável falta de conexão do resultado da prova com a realidade escolar é que os deixa em alerta, haja vista que muitos fatores inerentes à crise sanitária, como evasão e a mudança nos critérios de aprovação adotados em 2020, podem ter mascarado os resultados. A diretora pedagógica da Comunidade Educacional (Cedac), Roberta Panico, acredita que os estudantes mais vulneráveis não estavam na escola na realização dessa prova.

TRIBUNA DO PLANALTO

Houve surpresa no resultado do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) ou já era esperado esse recuo no processo de aprendizagem, em razão da pandemia?

ROBERTA PANICO

Já era esperado, sim. Essa questão do fechamento das escolas, fomos um dos países em que as escolas ficaram fechadas por mais tempo por conta da pandemia e mesmo por conta de algumas características regionais, como a dificuldade de acesso a essas escolas. Somos um país muito diverso, talvez diferente de outros países em que as coisas são mais centralizadas. Era de se esperar e, inclusive quando vimos o resultado do Brasil, está muito melhor do que esperávamos. E isso traz preocupações, porque, na verdade, precisamos ir mais a fundo do que simplesmente constatar que não estamos tão ruins.

Quer dizer que a prova foi realizada em um período no qual nem todas as redes de ensino haviam retomado as aulas presenciais e que o resultado pode não refletir a realidade?

Isso é fato. Quando a avaliação foi realizada, nem todos os estudantes que estavam frequentando as aulas em 2019 haviam retornado. Então, podemos pensar em uma seleção, nada natural, mas uma seleção onde os alunos com mais vulnerabilidade, que provavelmente são os alunos que se que eva-

diram, e, portanto, não estavam na escola na realização dessa prova.

O crescimento da evasão durante a pandemia não foi considerado no Ideb?

O índice de evasão não entra na composição do Ideb, que não é sensível a ele na questão estatística. A que é sensível? À aprovação e à proficiência, sendo que a proficiência avaliou uma parte dos alunos que não evadiram. Não sabemos quem evadiu, mas supomos que, obviamente, foram os meninos que tinham mais dificuldades de estarem vinculados à escola, de terem acesso aos materiais porque, talvez, a escola fosse o menor problema da vida deles naquele contexto. A prova não pegou os alunos que tinham mais dificuldades, estamos avaliando um pouco por um grupo mais acima.

O que mais preocupa em relação ao Ideb 2021 seria o fato de o resultado não refletir a realidade?

Pode não refletir, principalmente porque os alunos que tínhamos em 2019 não são os mesmos do ano de aplicação da prova. Com certeza tivemos uma enorme evasão. Uma outra coisa que também pode mascarar esse resultado é a taxa de aprovação e, essa, sim, está composta dentro do Ideb. Houve normativas do Conselho Nacional de Educação que apontavam a importância de não se reprovar os alunos nesse contexto, porque a culpa não era deles. Muitas redes adotaram o contínuo curricular e a aprovação automática, que era o mais justo naquele momento.

Isso elevou o percentual de aprovação das redes. Em um resultado anterior, esse índice era menor, o resultado era X; quando subimos esse índice, o resultado vai ser Y. Isso também pode ter mascarado o resultado. Qual é o principal problema da avaliação? A comparação, porque não tínhamos o mesmo contexto de 2019, portanto, precisamos olhar esses dados com cuidado. Não dá para acreditar que ele revele a qualidade da educação depois de uma pandemia. Essa é uma questão que temos apontado muito para as redes municipais, estaduais e federais com as quais trabalhamos: o Ideb é importante, não estamos desqualificando o indicador, que está disseminado nacionalmente e tem revelado muito a melhoria da qualidade da educação no nosso país; tem direcionado para algumas políticas, para algumas ações, mas temos que olhar o de 2021 não com o mesmo contexto que olhámos os anteriores porque os resultados podem ser mascarados no sentido de que é um retrato de um momento bem

específico. A Teresa Perez, diretora-presidente do Cedac, diz que deveríamos calcular a proficiência dessa prova com o índice de aprovação de 2019. Há muitas coisas para se pensar quando olhamos esses resultados.

A pandemia pode ter aumentado a desigualdade educacional no país, considerando que não houve uma ação centralizada, e cada município adotou as medidas que considerou mais viáveis?

Eu acho que sim, porque houve pouca colaboração entre os entes federados para tentar segurar pelo menos uma situação mínima e comum. Não tivemos uma coordenação nacional e não foram todos os estados que tiveram condições de sustentar o mínimo também com seus municípios. Parece que cada um ficou cuidando da sua rede nas condições que tinham. E poderia ser muito potente a colaboração entre os estados e os municípios, considerando que um estado tem municípios com diferentes

características. Eu acho que o estado ainda pensa em políticas muito comuns a todos, e isso acaba não pegando. Imagina que tenha um município no seu estado em que a grande maioria das escolas é rural. É outra tomada de decisão, é um apoio diferente do dado a uma grande capital. As ajudas deveriam considerar essa diversidade e o que vimos é que, quando ela existiu, muito pela normatização dos conselhos estaduais de educação - isso era o que mais os municípios precisavam para não tomar uma decisão aleatória e depois sofrer as consequências disso, por não ter, às vezes, o conselho municipal de educação ou ser um sistema próprio - era muito unilateral. Sem considerar essas diversidades geográficas, econômicas, sociais desses municípios. Eu acho que cada um tentou resolver do seu jeito. O que era uma coisa que tentamos provocar na relação com os municípios, para que eles se organizassem em arranjos ou como consórcios, pensarem em decisões mais colaborativas. Mas foi muito difícil.



Roberta Panico

Diretora pedagógica da Comunidade Educativa (Cedac)

Em Goiás, houve decisões baseadas em posicionamentos políticos. Prefeitos que tinham posições políticas diferentes das do governador ou do presidente da República adotaram medidas consonantes a essas posições. Houve esse tipo de interferência política na tomada de decisões durante a pandemia?

Como não trabalhamos em um único estado, não entramos muito nessas questões, olhamos para necessidade dos estudantes. O que eu me lembro é que tinha uma tensão em relação ao retorno das aulas presenciais. Se a comunidade forçava a barra para o retorno, se retornava; se a comunidade não forçava a barra, não se retornava. Pegava mal politicamente. Essa era uma questão que a gente viu e foi muito ruim. Até hoje há escolas que não voltaram a abrir porque ainda não têm condições sanitárias, de ventilação. A gente brinca que, como tem a busca ativa escolar, devia ter a busca ativa de escola, porque tem escola que não voltou ainda. É um absurdo dos absurdos, porque teve dois anos para se adequar. Essas são questões bastante complicadas com as quais temos nos deparado. Goiás é um dos estados que têm escolas com bastante dificuldades para retornar integralmente. Tudo isso tem que ser colocado nessa análise do Ideb. Não dá para achar que esse resultado de fato está revelando tudo. Há municípios em que o Fundamental 2 e o Ensino Médio avançaram mais do que o Fundamental 1, ao contrário do que acontecia. Sempre avançava mais no Fundamental 1 e menos nas séries finais e no Médio. Podemos dizer que o Ensino Fundamental 2 melhorou muito? Não sabemos, porque tem a questão da taxa de aprovação. Era o segmento em que a taxa de reprovação era maior. Tem a questão da autonomia desses estudantes nos estudos a distância, que é bem diferente da dos estudantes do Fundamental 2. Talvez, os alunos do Fundamental 2 estiveram mais vinculados do que os do Fundamental 1. São questões que precisam ser pensadas a partir dos dados primários que esses municípios têm documentados e registrados desse período da pandemia.

A educação a distância vai avançar a partir dessa experiência implementada durante a pandemia?

Acho que não tem mais volta. Uma das aprendizagens que tivemos na pandemia foi o

uso do recurso tecnológico, não para substituir professor, mas pensando nele como um outro meio de apropriação e de vinculação aos estudos e às aprendizagens e aos saberes. Acho que isso veio para ficar. Calculadora era uma coisa que não entrava e, hoje, não é impossível o celular estar dentro da escola. A professora fazia uso do celular dela para passar o vídeo, ficava todo mundo em cima do celular dela, e ela viu a potência que tem os conhecimentos, as informações e os saberes para além do livro didático. Eu acho que ainda precisamos de mais apoio público para a questão da internet porque muitas professoras usavam os dados pessoais da internet. É um absurdo, mas era o que o tinha e ela fazia o uso disso porque entendia a importância que isso teria para aprendizagem dos alunos. O fato de os professores terem aprendido muito, tiveram que aprender, que incorporar a tecnologia nas práticas profissionais, depois que aprende isso, não volta, não vai abandonar mais. Esse movimento não tem mais volta e acho que precisamos ter investimento para continuar seguindo, evoluindo, porque usamos durante a pandemia numa perspectiva de substituição, e, agora, temos o presencial. Como seria um meio complementar? E o papel que os estudantes começam a ocupar nesse processo é mais ativo, de mais protagonismo.

Antes da pandemia, a educação no Brasil já se encontrava estagnada. Tivemos um avanço importante nos anos 2000 e, a partir daí, estagnou. Quais seriam os fatores dessa estagnação?

Eu estava olhando inclusive os dados de Goiás, onde o Ideb começou em cerca de 2 pontos e melhorou muito. Eu acho que quando a situação estava muito ruim é rápida a melhora. Principalmente porque tinha uma questão que foi mais afetada que foi o índice de aprovação. Quando se começou a fazer a medição do Ideb, havia uma cultura muito grande de reprovação nas escolas do Brasil. Quando começou a se mexer nesse indicador, o resultado mudou rápido, mas não necessariamente porque os meninos estavam sendo aprovados e aprendendo. Por isso que agora estagnou. É preciso mexer na aprendizagem, nas profundezas e na complexidade de políticas públicas. E não é uma questão de ter apenas o transporte. É muito mais; mexer nas práticas dos professores, na formação desses professores. E não é mexer uma vez, é um contínuo.



Fotos: Divulgação

Por isso, falamos em formação continuada. As redes ainda precisam ter uma estrutura para essa formação. Muitos municípios acham que formação é chamar alguém de fora para fazer a formação em janeiro, em julho, em dezembro. Não é isso. Estamos falando de uma formação no contexto de trabalho, no interior da escola, com equipes, com coordenadores pedagógicos que cuidem desse professor, que ajudem a planejar junto. Estamos falando de mudanças muito estruturais e de cultura de desenvolvimento profissional.

O principal fator de avanço ou estagnação é o professor?

Não só, mas é também. O que falta talvez seja uma atuação mais sistêmica de todos os profissionais. Não adianta formar só o professor porque sozinho não muda uma instituição. Quando pensa a formação precisamos pensar a formação numa perspectiva sistêmica: o professor precisa ser formado, mas o coordenador pedagógico também precisa ser formado para formar o professor; alguém da equipe da secretaria também precisa ser formado para formar o coordenador pedagógico; e alguém da secretaria também precisa ser formado para formar o diretor da escola, que precisa ter preocupações como a gestão pedagógica da escola. Pensamos a formação numa perspectiva sistêmica, numa cadeia formativa colaborativa. A universidade também precisa e pode apoiar a formação de formadores dentro de uma rede de ensino para que não fiquem o tempo inteiro dependendo de consultorias externas que não conhecem quais são os problemas reais e, portanto, fica uma formação generalizada, que não trata das questões que são os problemas pedagógicos reais. Esse corpo precisa ser constituído. Professor que quer faz diferente, professor que não quer, não faz. E os alunos? Sorte de cair

numa sala ou na outra sala? O diretor tem a responsabilidade de garantir que o projeto político pedagógico da escola seja garantido em todas as turmas, que o currículo seja garantido a todos do mesmo jeito. Ele também precisa ser formado para isso, não no sentido de fiscalizar, mas de pensar qual é a parte que lhe cabe nessa colaboração para o melhor trabalho do professor.

Aí caímos na questão da desigualdade educacional no Brasil. Não temos uma padronização nos modelos educacionais, na estrutura da escola, na formação dos professores. A federalização do Ensino Básico seria uma solução para essa desigualdade?

Antes do processo eleitoral estava tramitando, no Senado, o projeto de lei do Sistema Nacional de Educação, que podemos comparar, salvo suas diferenças, com o nosso sistema nacional de saúde. Em uma pandemia, qualquer cidadão pode ser vacinado, do Norte ao Sul desse país. Se não tivéssemos esse sistema talvez São Paulo tivesse vacinado mais porque o (ex-governador) João Dória acabou produzindo a vacina, e pode ser que houvesse algum estado hoje que não tivesse vacinado ninguém. Um Sistema Nacional de Educação cria um padrão de qualidade mínimo para todos os estados, assegurando condições para que esse padrão exista de Norte a Sul do país, mas também não deixa a coisa engessada no sentido de que não existam ajustes que possam ser feitos. Porque tudo igual para todos não vai servir. Precisamos ter um mínimo e na nossa Constituição está assegurado, pelo sistema federativo, que exista autonomia entre os entes e essa autonomia deve existir justamente para assegurar essa equidade. O Sistema Nacional de Educação, com as comissões e uma governança tripartite, asseguraria essa ida e essa vinda da política

para poder pensar nesses ajustes. Eu, particularmente, confiaria muito em um Sistema Nacional de Educação e na construção desse padrão de qualidade mínima. Podemos ter uma política nacional que seja discutida nos estados e com seus municípios e que quando ela chegue dentro da escola ela esteja ajustada às condições daquela escola.

No Brasil, as políticas educacionais são personalistas, apesar de existir um Plano Nacional de Metas. Por que estamos sempre sujeitos às prioridades do governo do momento?

Nós temos esse plano, o PNE, o que falta é a gente fazer dele o instrumento da gestão. Esse plano se desdobrou em planos estaduais, que se desdobraram em planos municipais. Toda essa perspectiva sistêmica foi assegurada, só que ainda temos uma cultura pouco improvisada da educação. A gente faz como tarefa, mas não como um instrumento de gestão. Deveria ser o Norte e deveríamos voltar a ele para justificar qualquer programa de educação. Esse caminho de volta a gente deveria o tempo inteiro provocar como sociedade civil.

A meta 1 do PNE, relacionada à Educação Infantil, não deve ser atingida e o que se discute na campanha eleitoral, por exemplo, é escola de tempo integral, que não faz parte do PNE.

O PNE foi feito a partir de uma super consulta, mas faltou a mobilização da sociedade civil para esse plano porque é o que dá a musculatura para que ele continue vivo. Se você perguntar para qualquer pessoa quais são as metas que se tem para o Brasil em educação não serão todas as pessoas que sabem, e deveriam saber o que se planeja para educação desse país. Quanto mais apagadinho o plano estiver, mais invenções se podem criar sem estabelecer nenhuma relação, porque ninguém vai cobrar. Vemos, por exemplo, políticas do governo federal que não tem nada a ver com o PNE. Onde está o homeschooling dentro do plano? Completamente na contramão. Isso vai melhorar a educação básica? Não vai. O plano é bom, trouxe metas importantes para o desenvolvimento e para a melhoria da educação do nosso país. Isso revela que falta um plano de educação para esse país, estamos ainda engatinhando para de fato ter um plano de educação, saber que cidadão, que sociedade a gente quer, que brasileiro a gente quer daqui a dez anos.

ELEIÇÕES

TRE-GO usa o maior esquema de segurança

Tribunal reuniu representantes das polícias e do Corpo de Bombeiros para demonstrar a segurança das urnas eletrônicas

Carla Borges

Em meio a um processo eleitoral bastante judicializado, o Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO) reuniu mais de 100 representantes das polícias civil, militar, rodoviária federal, federal e Corpo de Bombeiros em sua sede para um evento de quase duas horas demonstrando o funcionamento e a segurança das urnas eletrônicas. “É indispensável o apoio das forças de segurança”, definiu o presidente do TRE-GO, desembargador Itaney Campos. As eleições deste ano terão o maior esquema de segurança já empregado para assegurar o regular e livre direito do cidadão ao voto.

Itaney abriu a palestra fazendo uma retrospectiva das décadas anteriores à redemocratização do país, lembrando que o sistema de votação no Brasil era sujeito a fraudes e viciado para manter o poder nas mãos das oligarquias dos setores agrícola e pecuário. “O voto de cabresto era uma coisa corriqueira”, lembrou o presidente do TRE-GO, apontando a fragilidade do voto impresso e as constantes fraudes. “O clima era de desconfiança, de terror”. Com a implantação do sistema eletrônico para captação e totalização dos votos, prosseguiu, a Justiça Eleitoral proporcionou mais segurança. “O sistema de votação brasileiro é exemplar, seguro e, importante destacar, auditável”, assegurou o desembargador, citando mecanismos de segurança, como a zerosima, que atesta que não há nenhum voto na urna, testes de inteligência e votação paralela. “Não há como fraudar o processo eletrônico de votação”.

O secretário de Tecnologia da Informação do TRE-GO, Frank Wendel Ribeiro, abriu sua palestra defendendo que a urna eletrônica é um projeto de Estado. “Sendo um projeto de Estado, tão bem elaborado, é



Itaney Campos:
apoio das forças de segurança é indispensável

muito injusto comparar com os sistemas usados em outros países, porque são desenvolvidos por empresas, enquanto o nosso foi criado pela Justiça Eleitoral, com engenheiros de órgãos como ITA e IME”, ponderou Frank, acrescentando que a urna eletrônica não tem conexão com a internet. Em seguida, ele apresentou 30 camadas de segurança da urna eletrônica. “A urna é isolada, não tem acesso a internet nem a bluetooth, só com o cartão de memória. O resultado que sai dela é cristalizado em um boletim, publicado com as assinaturas de todos os presentes”, explicou.

Para o secretário de TI, é importante distinguir os processos de votação e totalização, que são distintos. “Se um ataque hacker derrubar todo o sistema do TSE, por exemplo, ainda estaremos guarnecidos pelos boletins já publicados”, destacou. Os boletins de urna nesta eleição serão disponibilizados na internet no momento em que forem transmitidos ao TSE. Nas eleições anteriores, eram disponibilizados três dias depois da eleição. Frank também pontuou que tanto o hardware quanto os programas são assinados digitalmente. “Todos os certificados ficam em um módulo de segurança embarcado, totalmente auditável”, concluiu.

Tribuna Jurídica

CARLA BORGES
carlazenborges@gmail.com



Jornal é condenado por nota preconceituosa

O juiz Roberto Lepper, da 2ª Vara da Fazenda Pública de Joinville (SC), condenou solidariamente o veículo de comunicação Zero Hora e um jornalista ao pagamento de indenização no valor de R\$ 15 mil por danos morais coletivos em razão de uma nota publicada no jornal. A decisão foi em ação civil pública movida pelo Ministério Público daquele estado.

“Homem branco”

A ação se refere a uma publicação de outubro de 2013, que fala sobre vagas de emprego disponíveis na cidade. Em um trecho, a matéria dizia: “O perfil ideal de trabalhador procurado é homem, branco, de 25 a 35 anos de idade”. Para o magistrado, o texto difundiu, para o leitor mediano, uma carga de preconceito racial, o que fere o Código de Ética do Jornalismo.

MP Eleitoral faz 3,7 mil manifestações ao TRE

O Ministério Público Eleitoral emitiu mais de 3,7 mil manifestações ao TRE-GO no período de 1º de julho a 15 de setembro deste ano. Dentre elas, 2.731 foram pelo deferimento de candidaturas ou de complementação de documentação. Os assuntos referem-se a registro de candidaturas, incluindo 4 impugnações, 103 pareceres pelo deferimento e 60 pareceres pelo indeferimento acolhidos pelo TRE-GO.

Outras ações

Também constam do balanço as ações de investigação judicial eleitoral (4), as consultas (12), os direitos de resposta (12), os mandados de segurança (13), os recursos criminais eleitorais (26), os recursos contra expedição de diplomas (4) e os requerimentos de regularização de omissão de prestação de contas eleitorais (24). No mesmo período, constam, ainda, 184 representações por propaganda eleitoral irregular.

Enel vai pagar indenização

O juiz Eduardo Tavares dos Reis, da Vara Cível de Minaçu, condenou a Enel Distribuição Goiás ao pagamento de R\$ 12,8 milhões a título de indenização por danos morais coletivos por falhas no fornecimento de energia na região. A decisão foi em ação civil pública proposta pelo Ministério Público estadual, que apontou um apagão de mais de 50 horas em 2015.

Defeito em equipamentos

Segundo o MP, apurou-se, à época, que a falha na prestação do serviço, de caráter essencial, foi motivada por defeito nas instalações e equipamentos, que não possuíam substitutos adequados e acessíveis.



Fotos: Divulgação

Quinto

O presidente da OAB-GO, Rafael Lara Martins (foto), declarou, em sessão, que a expectativa é realizar em meados de novembro deste ano a sessão para formação da lista sêxtupla dos representantes da advocacia que concorrem à vaga de desembargador por meio do Quinto Constitucional. A OAB recebeu 13 inscritos para concorrer à vaga aberta com a aposentadoria do desembargador Norival Santomé. A lista sêxtupla é enviada ao TJ, que a reduz para três nomes. O governador escolhe.

“Tenho que o início da campanha eleitoral exaspera o risco de violência política”

Edson Fachin, ministro do STF, em voto pela suspensão de trechos dos decretos que facilitam compra de armas

LEGISLATIVO

Número de acessos ao site da Alego é o maior da 19ª Legislatura

Portal da Alego registra número recorde de visitas em agosto: 134.640 acessos e 262.747 páginas visualizadas

Da Redação

O Portal institucional da Alego se consolidou, cada vez mais, como uma das principais portas de entrada da sociedade no Parlamento goiano. O site registrou, em

agosto de 2022, um recorde em sua quantidade de acessos nesta 19ª Legislatura: 134.640 visitas, sendo que, dessas, 73% são de novos usuários. Houve, ainda, um total de 262.747 páginas visualizadas. O pódio pertencia ao mês de março

deste ano, que registrou 113.953 visitas.

As informações são da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI). Em parceria com a Diretoria de Comunicação, o departamento tem se dedicado para aprimorado o site.

Com o trabalho realizado pelos profissionais da Agência Assembleia de Notícias, são publicados, em tempo real, todos os acontecimentos do Legislativo. O

intuito é garantir transparência e acesso à informação, itens essenciais para a consolidação do regime democrático e para a boa gestão pública.

E há uma relação inseparável entre democracia, comunicação e cidadania. Conforme define o professor da Universidade de São Paulo (USP), Eugênio Bucci, a comunicação pública, aquela realizada com o emprego de recur-

sos públicos, existe para promover o bem comum e o interesse do povo.

Somada a essa perspectiva, a doutora em Comunicação, Heloiza Helena Nobre, afirma que "a comunicação pública é cidadã porque visa promover uma interação para um acordo de saber entre cidadãos: um entendimento comum acerca de assuntos relevantes na esfera deliberativa pública".

#Xô Dói Dói

NÃO É HORA DE BRINCAR COM DOENÇA SÉRIA.

VACINA FAZ BEM

Vá correndo ao postinho de saúde até 30 de setembro, mantenha o cartão de vacinação dos seus filhos em dia e fique seguro.

A vacina é a melhor proteção contra várias doenças que estão voltando: **difteria, gripe, sarampo, paralisia infantil e meningite.**

ISSO É MUITO SÉRIO!

Acesso: 
saude.go.gov.br/multivacao2022

SUS  SES   Estado de **GOIÁS**

MONKEYPOX

VAMOS NOS CUIDAR PRA ELA NÃO SE ESPALHAR.

Precisamos nos cuidar. Porque a **MONKEYPOX** é transmitida de pessoa para pessoa. Neste surto **não há participação do animal na transmissão**. Essa transmissão é através do contato com pessoas infectadas e/ou materiais e objetos contaminados. Por isso, todo cuidado é pouco e toda prevenção é necessária.

CONFIRA AS PRINCIPAIS MEDIDAS DE PREVENÇÃO:



Evite contato direto com pessoas ou objetos infectados.



Evite beijar, abraçar ou ter contato direto com pessoas com lesão na pele.



Use máscara em ambientes com aglomeração.



Não compartilhe talheres, roupa de cama, copos e objetos de uso pessoal.

ACESSE

WWW.SAUDE.GO.GOV.BR/MONKEYPOX

SUS

SECRETARIA DE SAÚDE



URBANISMO

Câmara recebe nova proposta de Lei de Uso do Solo

Jackson Rodrigues/Prefeitura de Goiânia

A Câmara de Goiânia recebeu na quarta-feira, 21, mais uma proposta de atualização de legislação municipal derivada da revisão do Plano Diretor



Da Redação

A Prefeitura protocolou a Lei de Parcelamento do Solo, que estabelece regras para criação de loteamentos ou modificação de loteamentos existentes. É o sétimo projeto de lei encaminhado pelo Executivo ao Legislativo relacionado ao tema, de um total de 12 que têm de ser apreciados.

Além desse, já foram recebidos na Câmara os projetos de Transferência do Direito de Construir, Código de Obras e Edificações, Áreas de Programas Especiais, Estudo de Impacto de Trânsito, Estudo de Impacto de Vizinhança e Regulamentação de atividades econômicas. Ainda são esperados outros cinco projetos complementares ao Plano Diretor, que entrou em vigência no último dia 1º.

A proposta, também cha-

Proposta de Lei de Uso do Solo prevê restrições em áreas de proteção ambiental

mada de Lei de Uso do Solo, traça normas para expansão urbana, ou seja, quando o imóvel originário da zona rural passa a integrar a macrozona construída. O projeto define normas para parcelamento do solo, com criação de loteamentos para edificações ou modificação de loteamentos existentes, tanto abertos quanto fechados, estes chamados de "acesso controlado".

As regras propostas são parcela mínima de 270 metros quadrados e máxima de 5 mil metros quadrados, com alinhamento referente à via, chamado testada mínima, de 10 metros, por lote; parcela mínima de 360 metros quadrados e máxima de 5 mil metros quadrados, com testada

mínima de 12 metros, por lote, quando integrar unidade denominada Área de Ocupação Sustentável. O texto prevê ainda parcelas diferenciadas, nos termos da lei específica, para Áreas de Programa Especial.

ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Quando integrar Área de Proteção Ambiental ou demais unidades de conservação, segundo critérios exigidos em plano de manejo, serão admitidos parcelamentos, com caráter de baixa densidade habitacional, resguardadas áreas de preservação permanente, respeitando a parcela mínima de 450 metros quadrados e testada mínima de 15 metros, limitada a duas eco-

nomias por unidade imobiliária, nas áreas com declividade igual ou inferior a 30%; e a parcela mínima de 1.250 metros quadrados, com testada mínima de 20 m, limitada a uma economia por unidade imobiliária, nas áreas com declividade superior a 30%.

O projeto também traça normas para expansão urbana, ou seja, quando o imóvel originário da zona rural passa a integrar a macrozona construída, para ser loteado, mediante Outorga Onerosa de Alteração de Uso. Neste caso, terá sua área de reserva legal transformada em área verde urbana, quando for feito seu parcelamento, sem prejuízo à área de reserva, prevista em lei federal.

Além disso, o interessado terá que respeitar regras de contiguidade, uma ocupação mínima do terreno vizinho, na macrozona construída. Ainda são estabelecidos itens mínimos para assegurar infraestrutura nos loteamentos, como projetos de redes de energia elétrica, iluminação pública, abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana, pavimentação, guias e sarjetas e calçadas.

O texto ainda fixa percentual de área parcelável, regulamentação para ações consorciadas entre iniciativa privada e setor público para projetos de requalificação urbana e requisitos ambientais e normatiza loteamentos, modificações e desmembramentos.

CCJ aprova Estudo de Impacto de Vizinhança

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara de Goiânia aprovou, na quarta-feira, 21, matéria que trata do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV). Este é um dos projetos de lei complementar, de autoria da Prefeitura, que regulamentam o Plano Diretor — aprovado pelo Legislativo em março e que está em vigor desde o início deste mês.

A Prefeitura justifica que "com a publicação do novo Plano Diretor de Goiânia, aprovado em 2022,

fez-se indispensável a atualização ou elaboração de diversas leis que o complementam, dentre elas, a que disciplina o Estudo de Impacto de Vizinhança".

Ainda segundo o Executivo, o EIV é "um dos instrumentos da política urbana, que funciona como ferramenta de apoio ao processo de licenciamento urbanístico, complementando o regramento de parcelamento, uso e ocupação do solo, bem como ferramenta preventi-

va de planejamento urbano, apropriada para evitar degradação urbana no território municipal, por meio da avaliação de reais e efetivos impactos ambientais e urbanísticos gerados por obras e empreendimentos".

Além do Estudo de Impacto de Vizinhança, tramitam na Casa projetos relativos ao Estudo de Impacto de Trânsito (EIT), ao Código de Obras, às áreas de Programas Especiais de Interesse Social, ao parcelamento do solo na Macrozona

Construída, entre outros.

Matéria — também para regulamentar aplicação do Plano Diretor — que define regras para Transferência do Direito de Construir (TDC), foi analisada pela comissão, mas teve pedido de vista aprovado para o vereador Pedro Azulão Jr. (PSB).

OUTRAS APROVAÇÕES

A CCJ aprovou também, na reunião desta quarta, texto do Executivo que propõe alteração no valor de alçada para ajuizamento

das ações de execuções fiscais de débitos inscritos em dívida ativa no Município, pela Procuradoria-Geral. A proposta prevê que o valor passe de R\$ 1.521,92 para R\$ 10.000,00.

Igualmente de autoria do prefeito Rogério Cruz (Republicanos), matéria que solicita autorização para créditos adicionais, no valor de R\$ 6.640.471,00, destinados a várias Secretarias da Prefeitura, foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça.

PECUÁRIA

Rebanho bovino goiano atinge recorde histórico de 24,2 milhões de cabeças

Fotos: Wenderson Araújo (CNA)

Pesquisa do IBGE mostra que, além dos bovinos, Goiás se destaca em galináceos, com alta de 9,1% na produção; Itaberaí e Rio Verde estão entre os seis maiores produtores do país



Da Redação

Em sua quarta alta seguida, o rebanho bovino goiano cresceu 2,8% em 2021 e chegou a 24,2 milhões de cabeças. Com o resultado, Goiás alcançou o maior efetivo da série histórica iniciada em 1974 e se manteve na segunda posição do ranking nacional de Estados. Os dados da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) foram divulgados nesta quinta-feira, 22, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A PPM 2021 também trouxe números relativos aos rebanhos de bubalinos, equinos, suínos, galináceos, ovos, leite e pescados.

Ainda em relação aos bovinos, o município goiano que mais se destacou foi Nova Crixás. O rebanho nova-crixense cresceu 0,7% na comparação com 2020 e, com 830,8 mil cabeças, ocupou a primeira posição no ranking goiano de municípios e a 12º no nacional. São Miguel do Araguaia, com 661,5 mil cabeças (+7,9%) tem o segundo maior efetivo do Estado.

Já o rebanho goiano de bubalinos aumentou 5,0% e chegou a 20,8 mil cabeças no ano passado (10º do País). Crixás foi o município goiano com maior número de animais. Os equinos acompanharam a tendência de alta (+3,1%). Com 393,6 mil cabeças, Goiás ficou na 7ª posição do ranking nacional. Nova Crixás, mais uma vez, liderou o ranking goiano.



Itaberaí e Rio Verde são destaques na criação de galináceos no Estado

Os números também foram positivos no caso dos galináceos. Os destaques goianos no ranking nacional de municípios ficaram com Itaberaí, na terceira posição, com 14,4 milhões de cabeças (+10,1%), e Rio Verde, na sexta posição, com 13,0 milhões de cabeças (+16,9%). No total geral, o rebanho goiano apresentou alta de 9,1%. As 98,3 milhões de cabeças colocaram o Estado na sexta posição entre as unidades federativas.

Na passagem de 2020 para 2021, a produção de ovos em Goiás cresceu acima da média. Ante o 1,7% de crescimento nacional, a alta no Estado foi de 6,0%, alcançando 282,4 milhões de dúzias produzidas. Na comparação com os demais Estados, Goiás teve

o 7º melhor desempenho. Leopoldo de Bulhões (8º) e Inhumas (10º) apareceram como os municípios goianos mais bem ranqueados nacionalmente.

Entre os pescados, o desempenho da tilápia chamou atenção. O Estado produziu 10,4 mil toneladas da espécie em 2021 — aumento de 13,9% na comparação com 2020. Maior produtor do Estado, Niquelândia registrou 2,5 mil toneladas (+13,6%). Quirinópolis também se destacou. A produção de tilápia no município cresceu 261,5% e chegou a 1,4 mil toneladas. Gouvelândia veio em terceiro, com 1,3 mil toneladas.

A PPM 2021 mostrou, por outro lado, que houve queda na produção goiana de suínos (-12,6%) e leite (-1,6%). No

caso dos suínos, o quantitativo de 1,5 milhão de cabeças deu a sexta posição do ranking nacional a Goiás. E, mesmo com retração de 35,1%, Rio Verde apareceu na terceira posição do ranking nacional de municípios, com 428,0 mil cabeças. Já no caso do leite, Goiás ocupou a quinta posição no ranking nacional de Estados, com 3,1 bilhões de litros produzidos em 2021. Orizona (9º), Piracanjuba (13º) e Jataí (15º) foram os goianos mais bem posicionados no ranking nacional de municípios.

“Os dados de 2021 mostram que Goiás conseguiu performar bem na maioria das atividades, mesmo num ano difícil em que o aumento de custos pesou para muitos produtores, impondo o reposicionamento no merca-

Goiás ocupa segunda posição no ranking nacional de rebanho bovino: “Crescimento consistente”, afirma superintendente de Agricultura

do. Vale ressaltar, por exemplo, o salto na produção de tilápia e o crescimento consistente em bovinos e galináceos”, diz o superintendente (em exercício) de Produção Rural Sustentável da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), Ricardo Carneiro. “A PPM é importante porque permite esse acompanhamento pormenorizado da produção e a correção de rumo, quando necessário”, completa.

PPM

A Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) disponibiliza informações sobre rebanhos e produtos da pecuária brasileira. A periodicidade é anual, trazendo os dados consolidados do ano anterior ao da divulgação. É um dos poucos, e certamente dos mais importantes, levantamentos publicados no Brasil que permitem acompanhar o desempenho da produção agropecuária em escala municipal. No site do IBGE é possível ainda filtrar dados para Brasil, grandes regiões, unidades federativas, mesorregiões e microrregiões.

UMA SÓ FAÍSCA PODE COMEÇAR UMA QUEIMADA.

Em tempos de estiagem o fogo se espalha mais rápido do que você imagina. E os principais casos ocorrem por interferência humana. Por isso, **as queimadas já subiram quase 50%** em Goiás e os acionamentos por **incêndio aumentaram 10%** em relação ao ano passado.

Em **apenas 2 dias**, foram detectados **705 focos de queimada** em Goiás.



Não jogue cigarros e latas próximos a rodovias.



Nunca queime lixo doméstico, entulho e/ou folhas secas.



Faça a manutenção dos aceiros.



Não queime pastagens e áreas de plantação.



Respeite as faixas de servidão para um plantio seguro.

Denuncie. Ligue **193.**



Estado de
GOIÁS

COVID-19

A pandemia acabou?

Foto: SES/Divulgação

Desde o início da crise sanitária, Goiás registrou 27.522 óbitos pela doença

Dhayane Marques

“O fim da pandemia está à vista”, afirmou o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, durante uma coletiva de imprensa realizada no último dia 14. Apesar do otimismo para que o mundo volte ao “normal”, o diretor da OMS ainda incentivou os países a continuar com as campanhas de vacinação, principalmente, naqueles grupos de risco da Covid-19.

Tedros afirma que o mundo nunca esteve em “melhor posição para acabar com a pandemia”, mas alertou que ainda não é hora de declarar vitória. Em Goiás, há 1.698.996 casos de doenças pelo coronavírus (Covid-19). No estado, há 877.034 casos suspeitos em investigação e 353.620 casos já foram descartados, conforme boletim divulgado nesta sexta-feira, 23, pela Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES-GO).

Ao todo, 27.522 óbitos



foram confirmados pela doença em Goiás, desde o início da pandemia do Covid-19, o que significa uma taxa de letalidade de 1,62%. Há 81 óbitos suspeitos que estão em investigação.

DOSES APLICADAS

No levantamento realizado pela SES, referente à primeira dose, foram aplicadas 5.870.088 doses das vacinas contra a Covid-19 em todo o estado. Em relação à segunda dose e à dose única, foram vacinadas 5.282.165 pessoas, e 2.675.932 pessoas já receberam a dose de reforço. Entre

as crianças de 5 a 11 anos, 55,79% já receberam uma dose da vacina. Esses dados são preliminares e coletados junto ao Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI), do Ministério da Saúde.

Conforme pactuado na Comissão Intergestores Bipartite (CIB), as Secretarias Municipais de Saúde devem registrar, de forma obrigatória, as informações sobre as vacinas administradas no módulo Covid-19 do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI Covid-

19). Em relação às vacinas recebidas em Goiás, os dados estão disponíveis em <https://www.saude.go.gov.br/coronavirus/vacinacao-covid-19>.

VACINAÇÃO DE CRIANÇAS CONTRA A COVID-19

No último dia 16 de setembro, o Ministério da Saúde divulgou as orientações para a vacinação de crianças de seis meses a 4 anos contra a Covid-19. O imunizante da Comirnaty foi aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para a vacinação de crianças

na quarta-feira, 21.

De acordo com a Nota Técnica publicada pela pasta, a ampliação de uso da vacina Comirnaty para imunização em crianças entre 6 meses e 4 anos de idade “indica que a vacina é segura e eficaz”. A aprovação permite o início do uso da vacina no Brasil para esta faixa etária. Ainda de acordo com a nota, as duas doses iniciais devem ser administradas com três semanas de intervalo, seguidas por uma terceira dose administrada pelo menos oito semanas após a segunda dose.

INFLUENZA

Entenda a importância das vacinas contra gripe

Todos os anos, a vacina da gripe precisa ser atualizada. As mudanças climáticas contribuem para uma maior circulação dos vírus respiratórios, dentre eles o da Influenza, causador da gripe. Segundo Cristiana Meirelles, pediatra e infectologista, crianças menores de cinco anos, idosos, gestantes e imunocomprometidos podem sofrer complicações da enfermidade, como pneumonia, insuficiência respiratória, miocardite, dentre outras.

“A vacina trivalente, que protege contra duas cepas do vírus A e uma cepa do vírus B, fornecida pelo Sistema Único de Saúde (SUS) contra a Influenza, é uma arma muito segura e eficaz. Na

rede privada, também existe uma vacina que amplia essa proteção: a tetravalente previne a infecção por duas cepas do vírus A e duas cepas do vírus B”, explica.

Apesar da importância da imunização, apenas 58% do público-alvo da campanha nacional de vacinação contra a influenza já foi vacinado neste ano, segundo dados atualizados do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI). “As vacinas são modificadas todos os anos conforme a prevalência dos vírus que mais circularam no ano anterior. Além da imunização em dia, higienizar as mãos e o uso de máscaras podem impedir a propagação da doença”, finaliza.

SAIBA MAIS

Quem pode se vacinar?

Influenza - A vacina contra Influenza (gripe) está disponível para todas as pessoas com idade acima de seis meses. Para se imunizar, é preciso apresentar documento pessoal com foto, e comprovante de endereço. As crianças, obrigatoriamente, terão de apresentar o cartão de vacinação e um documento.

Covid-19 - A vacinação contra Covid-19 está disponível para pessoas com idade acima de 03 anos, segundo os critérios estabelecidos para o recebimento das doses. As com idade acima de 30 anos ou mais, precisam completar o esquema vacinal com a aplicação da segunda dose de reforço (4ª dose), bem como os adolescentes de 12 a 17 anos, que já podem tomar o primeiro reforço (3ª dose).

Pessoas com idade acima de 12 anos precisam apresentar documento com foto, comprovante de vacinação e endereço. As crianças devem apresentar, obrigatoriamente, o Cartão de Vacinação, um documento e o comprovante de endereço. Os pais que não puderem acompanhar os filhos precisam preencher autorização para que outras pessoas acompanhem a criança.

Para quem tomou a primeira dose da vacina contra a Covid-19 da Janssen:

- ✓ Quem tem de 18 a 29 anos deve tomar duas doses de reforço (total = 3 doses)
- ✓ Quem tem 30 anos ou mais deve tomar três doses de reforço (total = 4 doses)
- ✓ O intervalo entre as doses é de dois meses entre a dose inicial e o primeiro reforço, e quatro meses entre os reforços seguintes

MOBILIDADE

Inaugurado o eixo Leste-Oeste 01, que liga a GO 040 à Av. Rio Verde

Trecho percorre sete bairros de Aparecida de Goiânia

Da Redação

A etapa do Eixo Leste-Oeste 01, inaugurada na quinta-feira, 22, recebeu investimento de R\$ 23 milhões. A mais nova avenida construída pela Prefeitura de Aparecida para conectar sete bairros da cidade no sentido Leste-Oeste. É uma alternativa para quem está na GO-040 e precisa pegar a Avenida Rio Verde ou o contrário, e para os que estão no Anel Viário e querem chegar mais rápido ao Jardim Helvécia ou à região do Jardim Dom Bosco.

O prefeito Vilmar Mariano entregou oficialmente o trecho do Eixo Leste-Oeste 01, que percorre os setores Goiânia Park Sul, Jardim Buriti Sereno, Bairro Cardoso e Jardim Helvécia. A obra compreende 6,65 quilômetros de eixo com pista dupla, cerca de 93 mil metros quadrados (m²) de pavimentação, 6 mil metros de galerias pluviais, 25 mil metros de meio fio, 30 mil m² de calçadas, 2 bueiros triplos e 2 duplos, e a ponte Bairro Cardoso-Jardim Helvécia, que tem pista dupla.

TRAJETO DO NOVO EIXO

O Eixo Leste-Oeste 01 tem no total 8,9 quilômetros de extensão. O trajeto do Eixo Leste-Oeste 01 parte da GO-040, passando pelas Avenidas Major Olegário, Crisólito, Missionários, seguindo pela 4ª Avenida, que corta as Avenidas Nossa Senhora Aparecida e 1ª Avenida, chegando à Avenida 28 de julho. Uma nova pista liga esse ponto à Avenida Presidente Vargas, no Buriti Sereno, passando pela Avenida Atlântica e entrando na Avenida Graça Aranha, que corta a Avenida Brasil, no Buriti Sereno. Por fim, chega à Avenida Nilo Peçanha, passando então pela 1ª Radial em direção à Rua Guajupιά, no Jardim Helvécia, chegando à Rio Verde.

Acesse:

saude.go.gov.br/multivacao2022

#Xô Dói

NÃO É HORA DE BRINCAR COM DOENÇA SÉRIA.

VACINA FAZ BEM

A vacina é a melhor proteção contra várias doenças que estão voltando: difteria, gripe, sarampo, paralisia infantil e meningite. ISSO É MUITO SÉRIO!

Vá correndo ao postinho de saúde até 30 de setembro, mantenha o cartão de vacinação dos seus filhos em dia e fique seguro.

SUS

SES

Estado de GOIÁS

ESCOLA

CONECTIVIDADE

Escola de Cavalcante recebe tecnologia 5G

Apenas dez cidades em todo o país foram contempladas com o projeto

Da redação

O município de Cavalcante, localizado a 512 km de Goiânia, na Região da Chapada dos Veadeiros e abrigo de comunidades Kalungas, foi incluído no projeto piloto do Grupo de Acompanhamento do Custeio a Projetos de

Conectividade de Escolas (Gape), que visa levar conectividade para escolas de educação básica da rede pública de ensino. O anúncio foi feito pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Apenas dez cidades em todo o País foram contempladas, e a escolha de Cavalcante foi uma reivindicação

do senador Vanderlan Cardoso, que atuou para incluir o município goiano entre os que irão receber a tecnologia em fase de teste. Todas as 24 escolas do município passarão a ter sinal de internet de alta qualidade para fins pedagógicos.

A conexão nas escolas, com qualidade e velocidade necessárias ao uso pedagógico é uma obrigação prevista no Edital do 5G, realizado em novembro do ano passado. O edital previa

como contrapartida às empresas vencedoras dos lotes da faixa de 26 GHz a obrigação de levar internet de qualidade às escolas públicas de educação básica do país. As operadoras terão de investir, ao todo, R\$ 3,1 bilhões.

PROJETO-PILOTO

O projeto-piloto deve ser implementado em duas por região, totalizando 181 escolas. De acordo com o Gape, as escolas escolhidas têm dife-

rentes perfis, para simular os desafios que serão enfrentados quando for ampliado o número de instituições de ensino do programa.

Foram escolhidas para a fase de testes escolas sem internet, sem energia, com internet insuficiente, sem rede interna Wi-Fi, sem laboratório de computação e de localidades indígenas, quilombos e assentamentos. A tecnologia garante acesso à internet de qualidade a professores e alunos.

No trânsito, tão importante quanto olhar para frente é ver quem está ao seu lado.



Um trânsito melhor depende de todas nós. Se você é ciclista, pedale preferencialmente na ciclofaixa. Se você é pedestre, lembre-se de atravessar sempre na faixa. E quem é motociclista, não se esqueça de respeitar a sinalização e os limites de velocidade.



Juntos salvamos vidas.



Detran



Estado de
GOIÁS

IDEB

Anápolis está no pódio dos melhores índices de educação do estado

Arquivo Prefeitura de Anápolis

Município ficou à frente de outras grandes cidades goianas, como a capital e Aparecida de Goiânia

Da redação

O ensino municipal público de Anápolis está no pódio dos melhores indicadores de educação do estado, segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira (Ideb) 2021, divulgado na última sexta-feira (16). Nos anos iniciais do ensino fundamental (do 1º ao 5º ano) da rede municipal, Anápolis obteve 6,0 na pontuação, ficando à frente de outros grandes municípios do estado, como Goiânia, Jataí, Catalão e Aparecida de Goiânia.

O Ideb 2021 de Anápolis, assim como da grande maioria dos municípios brasileiros, evidenciou os impactos já previstos pela suspensão das aulas presenciais durante a pandemia da covid. Segundo o próprio Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), os dados foram colhidos no contexto da pandemia e não podem ser comparados com resultados dos demais períodos.



O programa Educa Anápolis, ofereceu o acesso remoto dos estudantes e a não paralisação das aulas durante o isolamento

O impacto maior foi nos anos iniciais do ensino fundamental (do 1º ao 5º ano), que houve uma redução de 6,3 (Ideb 2019) para 6,0. Já nos anos finais do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano), o indicador foi de 5,1 para 5,0. O Programa Educa Anápolis, criado no segundo semestre de 2021, desempenhou um papel fundamental para o resultado positivo conquistado em Anápolis.

“Apesar de todos os desafios e demandas por conta da pandemia, nossa avaliação continua positiva e com grande destaque em Goiás. Isso só foi possível graças aos esforços da gestão muni-

cipal para manter a qualidade na educação pública com a criação do Educa Anápolis, em que os mais de 26 mil estudantes do ensino fundamental puderam acompanhar as aulas de maneira remota”, avalia a secretária municipal de Educação, Eerizania de Freitas.

O principal medidor da qualidade do ensino brasileiro considera o indicador de rendimento escolar (calculado pelas taxas de aprovação dos estudantes em determinado ano) e as médias de desempenho dos alunos nas avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

ESTRATÉGIAS

A gestão municipal tem colocado em prática várias ações que vão ao encontro das melhorias necessárias para uma educação pública com mais qualidade. Além do Educa Anápolis, que inicialmente possibilitou o acesso remoto dos estudantes e a não paralisação das aulas durante o isolamento, oferecendo agora a recomposição do ensino no contraturno escolar, muitos investimentos têm sido realizados na educação municipal, dentre eles a priorização de estratégias de ensino voltadas aos estudantes da alfabetização, por meio de forma-

ções de docentes e ampliação do núcleo de alfabetização, que busca identificar os maiores prejuízos no processo de aprendizagem, com vistas à superação das lacunas na aprendizagem.

O resultado positivo é também uma consequência da dedicação dos professores da rede, que não mediram esforços para que o ensino fosse levado a todos os estudantes, mesmo durante o período da pandemia. Para 2023, o município está em vias de aquisição de livros pedagógicos para toda a rede e também de um novo sistema unificado de ensino, a ser implantado em todas as unidades.

Programa Integração leva esporte e cultura a crianças e adolescentes no contraturno escolar

Despertar habilidades e talentos para diferentes áreas artísticas e esportivas é um dos objetivos do Programa Integração, que envolve as secretarias de Educação e de Integração Social, Esporte e Cultura de Anápolis. Aulas de dança, teatro, música, os mais variados esportes e muitos outros conteúdos são ministrados no contraturno das aulas. O programa foi instituído pela Lei Municipal nº 4.149/2021 e teve, nesta

semana, o lançamento oficial no Teatro Municipal.

Como o próprio nome diz, o programa compreende um atendimento integral voltado para crianças e adolescentes de 6 a 17 anos, referenciados no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Além dos serviços de esporte e cultura, é garantido acompanhamento pedagógico,

assistência social, desenvolvimento de atividades de lazer e diversão, conscientização sobre a proteção e preservação ambiental, além de noções básicas sobre saúde, como higiene e prevenção de agentes nocivos à saúde.

DIREITOS GARANTIDOS

A Prefeitura de Anápolis abriu dois editais para seleção de entidades da sociedade civil, visando a promoção, defesa e proteção da

criança e adolescente no município. O edital 003/2022 viabiliza a realização do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) com chamamento aberto até 12 de outubro. Serão selecionadas 10 entidades para a realização de oficinas do programa com investimento de até R\$ 12 mil cada.

Já o edital 006/2022 viabiliza o financiamento de projetos pelo Fundo da Infância e Adolescência

(FIA), contemplando 15 instituições com até R\$ 40 mil. As propostas serão recebidas para análise entre os dias 29 de setembro e 28 de outubro deste ano. Os recursos do FIA são oriundos da doação de parte do imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas, ou por meio de doação direcionada. Os editais estão disponíveis para consulta na página www.anapolis.go.gov.br/publicacao-de-editais.



Dhayane Marques dhayanemarques@hotmail.com

Últimos dias

As inscrições para a 2ª Sala Compacta terminam no domingo, 25, a mostra de artes plásticas dedicada a selecionar e premiar artistas goianos e promover uma exposição virtual. Para se inscrever, basta acessar o site <https://forms.gle/cYFQWBgmBBnMYmou7>. A iniciativa é do Museu de Arte de Goiânia (MAG) e tem patrocínio da Enel Distribuição Goiás, por meio do Programa Goyazes de Incentivo à Cultura. A distribuidora está investindo R\$ 200 mil no projeto, que vai premiar 20 artistas ou grupos selecionados no valor de R\$ 4 mil cada, totalizando R\$ 80 mil, além do suporte institucional de hospedagem dos trabalhos em exposição virtual.

Resultado

A lista dos selecionados será divulgada no dia 11 de outubro de 2022. A exposição virtual está prevista para ser realizada do dia 25 de outubro ao dia 25 de dezembro. Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail salacompactamag@gmail.com.

Fotos: Reprodução



Nova presidência

O presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Goiás (Fecomércio-GO), Marcelo Baiocchi, foi eleito vice-presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em chapa escolhida por unanimidade e liderada pelo presidente da instituição, José Roberto Tadros que, por sua vez, foi reeleito presidente da CNC. A eleição foi realizada na quinta-feira, 22, na sede da CNC, em Brasília, e o novo mandato vai até novembro de 2026. Atualmente, Baiocchi exerce seu segundo mandato como presidente da Fecomércio-GO, eleito por unanimidade em maio deste ano.

Corrida pela energia solar

A menos de quatro meses de entrar em vigor, a cobrança apelidada de "taxação do sol" tem atraído quem busca economizar de forma sustentável e também beneficiado as empresas que atuam no setor de energia solar. A marca goiana Yellot registrou demanda recorde por projetos de usinas solares, tanto residenciais, quanto comerciais, industriais e voltadas ao agronegócio. No primeiro semestre de 2022 foi superado todo o faturamento de 2021 e o objetivo é dobrar esse número agora no segundo semestre. Pedro Bouhid, diretor executivo da empresa, explica que para adquirir a integralidade do benefício é preciso protocolar o projeto na concessionária de energia elétrica até o dia 6 de janeiro de 2023.

Balança comercial goiana cresce 50% de janeiro a agosto



A balança comercial goiana consolidou US\$ 10,004 bilhões de exportações, no acumulado de janeiro a agosto deste ano, com saldo superavitário de US\$ 5,648 bilhões, o que representa um crescimento de 50,58% na comparação com o mesmo período do ano passado. Os dados foram divulgados pelo Ministério da Economia.

As exportações alcançaram, em agosto, a marca de US\$ 1,198 bilhão, resultando em alta de 47,44%, comparado com o mesmo mês de 2021, quando as vendas internacionais fecharam em US\$ 813,203 milhões. Já as importações somaram US\$ 654,914 milhões, com expansão de 31,68%, também na comparação com igual período do ano passado.

Indicadores

No acumulado de janeiro a agosto, Goiás ficou na 8ª posição e em 9º lugar no ranking nacional de exportações, que considera o total vendido pelo Brasil no mês passado. Já no ranking de importações, o Estado participou de 2,45% das compras, ocupando o 12º lugar. Rio Verde, Luziânia, Itumbiara e Palmeiras de Goiás foram os municípios que mais enviaram mercadorias goianas, em agosto, para outros países, sendo que os principais produtos vendidos foram: complexo da soja (44,75%); carnes (24,72%); ferroligas (6,51%); açúcar (6,51%) e sulfeto de cobre (6,35%), tendo como principais destinos China, Irã, Espanha, Indonésia e Países Baixos.

Importados para cá

Já no que diz respeito às importações goianas, China, Rússia, Estados Unidos e Alemanha foram os principais vendedores de mercadorias para o Estado. Os produtos mais adquiridos foram: adubos; produtos farmacêuticos; veículos automóveis, tratores, demais da categoria; reatores nucleares e produtos químicos e orgânicos. Os principais consumidores foram os municípios Catalão, Anápolis, Aparecida de Goiânia e Goiânia.

Rebranding da marca

Com o propósito de rejuvenescer, a EuroAmérica Incorporações acaba de passar por um processo de rebranding de sua marca e passa a ser chamada de Euro Incorporações. A Euro conta com mais de 16 anos de mercado só no Brasil e mais de 260 mil metros quadrados construídos para mudar o conceito de morar. E a agência escolhida para ser parceira no processo de ressignificar a imagem da empresa foi a PAGU, especializada em marketing imobiliário, tendo à frente os sócios Rodrigo Bispo, Erykson Maicon e Fred Alencar.

Trintou

Para celebrar os 30 anos do lançamento do seu primeiro CD, a cantora Maria Eugênia se apresenta no Teatro Sesc nos dias 5 e 6 de outubro, a partir das 20h. A cantora apresentará um repertório com músicas de seus 18 discos e 3 DVDs. A entrada é franca, os convites podem ser retirados a partir de 1 hora de antecedência na sede do teatro, na Rua 15, Setor Central, em Goiânia.

Pé na estrada

As cinco unidades de atendimento móvel da Enel Distribuição Goiás percorreram 24 mil quilômetros neste ano, de janeiro a agosto. As lojas móveis passaram por 55 cidades do Estado e realizaram cerca de 35 mil atendimentos ao público, aproximando os clientes da companhia e encurtando distâncias. Cada van conta com dois atendentes e oferece todos os serviços disponíveis nas lojas convencionais como troca de titularidade, parcelamentos, religações, negociações de débitos, ligações novas e cadastro no Programa Tarifa Social de Energia Elétrica, que concede descontos de até 65% na conta de energia de clientes de baixa renda.

Produção a todo vapor

A goiana GSA Alimentos prepara para crescer a sua produção de macarrão instantâneo, principal produto da indústria localizada em Aparecida de Goiânia. A nova linha chinesa vai fabricar 540 pacotes por minuto, aumentando a capacidade produtiva em aproximadamente 40%. Assim, a produção vai atingir 1.440 pacotes por minuto. Atualmente, a GSA Alimentos já conta com duas linhas de macarrão de origem japonesa. Cada uma delas produz 450 pacotes por minuto.

Responsabilidade ambiental

A Cooper-Rubi, usina localizada em Rubiataba, no Vale do São Patrício, registrou queda de 41,8% em incêndios em quatro anos. Contudo, apesar do quantitativo dos incêndios, foram contabilizados apenas 1.822,17 hectares de cana queimada. Todos os focos de incêndio foram acidentais ou criminosos, já que a unidade não utiliza fogo em suas ações, todo o processo da colheita é 100% sem uso de fogo. Para que isso aconteça, a unidade sucroenergética conta com Plano de Prevenção e Combate ao Incêndio e com ações emergenciais, com treinamento e reciclagem das equipes nos períodos de entressafra, equipes de brigadistas, uma vasta frota de caminhões pipas para o combate aos incêndios, entre outras ações.